



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA CLÁUDIA DUARTE SOARES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NO ENSINO
REGULAR**

**ARRAIAS - TO
2019**

ANA CLÁUDIA DUARTE SOARES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NO ENSINO
REGULAR**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Arraias, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Pedagoga e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Esp. Gleicivan Moreira de Oliveira

Arraias – TO.

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S676e Soares, Ana Claudia Duarte.
Educação Especial: Autistas no Ensino Regular. / Ana Claudia Duarte
Soares. – Arraias, TO, 2019.
40 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2019.

Orientador: Gleicivan Moreira de Oliveira

1. Inclusão. 2. Formação. 3. Professor. 4. Autismo. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA CLÁUDIA DUARTE SOARES- GRADUAÇÃO

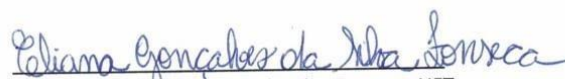
EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR

Trabalho submetido ao Colegiado do
Curso de Pedagogia da Universidade
Federal do Tocantins, Campus
Universitário de Arraias, em
cumprimento parcial para obtenção do
título de Pedagogo à Ana Cláudia Duarte
Soares

Data de aprovação: 27/11/2019



Profª. Esp. Gleicivan Moreira de Oliveira-UFT
Orientador(a)



Profª. Me. Eliana Gonçalves da Silva Fonseca-UFT
Professor (a) Avaliador 1



Profª. Esp. Raquel Nascimento de Souza - UFT
Professor (a) Avaliador 2

Arraias, 2019

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia. Ao meu pai, a minha mãe e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Gleicivan Moreira de Oliveira pela orientação e compreensão diante de cada etapa da construção do texto

À Universidade Federal do Tocantins pelo profissionalismo e compromisso com a formação dos professores

A todas as pessoas que participaram direto ou indiretamente na elaboração deste trabalho.

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”.

(Immanuel Kant)

RESUMO

A inclusão de crianças com necessidades especiais, como por exemplo, os autistas, nas classes regulares das escolas, tem sido tema de estudo e ao mesmo tempo um desafio para as instituições de ensino e para os professores, principalmente quando se trata de escola pública. Nesse sentido, esse trabalho partiu da necessidade de identificar práticas de inclusão, tanto nos referenciais teóricos já publicados, quanto na Escola Estadual Diolindo dos Santos Freire, situada na cidade de Novo Alegre, Tocantins, que foi o local da pesquisa de campo dessa monografia. O autismo como outras necessidades especiais, são tratados muitas vezes como doenças graves e por isso as instituições de ensino tratam as crianças com essas necessidades de forma assistencialista e que precisam apenas ser aprovados no final do ano letivo sem levar em conta a garantia dos direitos e do atendimento adequado como se faz com as demais crianças. Do ponto de vista teórico, essa pesquisa passa pela análise dos direitos do autista sob a luz da legislação educacional, os tipos de autismo presentes na sociedade em geral, assim como os níveis e graus do autismo e suas características. O estudo também aborda assuntos sobre a formação de professores como elemento imprescindível para atuar com crianças portadoras do autismo e com outras especialidades, pois os docentes necessitam ser preparados, haja vista as demandas presentes nas escolas e nem sempre a formação inicial dos profissionais é suficiente para atender as peculiaridades das crianças e conseqüentemente, incluí-las nas classes regulares e na própria comunidade escolar. O resultado desse trabalho traz importantes informações acerca do cotidiano de crianças autistas, assim como práticas já existentes na escola no sentido de orientar as famílias e as próprias crianças e inseri-las na sociedade.

Palavras – Chave: Inclusão; Formação; Professor; Autismo.

ABSTRACT

The inclusion of children with special needs, such as the autistic, in regular schools has been a subject of study and at the same time a challenge for educational institutions and teachers, especially when it comes to public schools. In this sense, this work started from the need to identify inclusion practices, both in the theoretical references already published, and in the State School Diolindo dos Santos Freire, located in the city of Novo Alegre, Tocantins, which was the site of field research of this monograph. Autism, like other special needs, is often treated as a serious illness, so educational institutions treat children with these needs in a welfare-oriented way and only need to be approved at the end of the school year without taking into account their rights and proper care as with other children. From a theoretical point of view, this research goes through the analysis of autistic rights under the light of educational legislation, the types of autism present in society in general, as well as the levels and degrees of autism and their characteristics. The study also addresses subjects about teacher education as an essential element to work with children with autism and other specialties, because teachers need to be prepared, given the demands present in schools and not always the initial training of professionals is sufficient to attend to the peculiarities of the children and, consequently, to include them in the regular classes and in the school community itself. The result of this work brings important information about the daily life of autistic children, as well as practices already existing at school to guide families and their own children and insert them in society.

Keywords: Inclusion; Formation; Teacher; Autism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 ASPECTOS LEGAIS E A PROPOSTA DE INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA COM AUTISMO.....	11
2.1 Características da pessoa com autismo.....	18
2.2 Principais tipos de autismo.....	18
2.3 Níveis e graus de autismo.....	20
2.4 Nível 1 – Necessidade de pouco apoio: Comunicação Social.....	20
2.5 Nível 2 – Necessidade de apoio substancial: Comunicação Social.....	21
2.6 Nível 3 – Necessidade de apoio muito substancial.....	21
3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE.....	23
4 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE AUTISTAS NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, SALA REGULAR DA ESCOLA ESTADUAL DIOLINDO DOS SANTOS FREIRE EM NOVO ALEGRE TOCANTINS.....	27
4.1 Metodologia da pesquisa.....	27
4.2 O cenário da Escola Estadual Diolindo dos Santos Freire.....	28
4.3 Apresentação dos dados da pesquisa de campo.....	30
4.4 Análise dos dados da pesquisa.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS.....	40

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão, especialmente nas escolas públicas sempre foi um objeto de estudo e de preocupação de professores e dos pais de alunos, pois apesar de grande parte dos docentes da atualidade ter uma graduação e até pós-graduação, a formação desses docentes no âmbito da educação especial ainda tem lacunas que carecem ser resolvidas. Nesse sentido, a presente pesquisa nasce da problemática: na presença de um aluno autista na escola, que conhecimentos os professores e pais têm sobre o autismo e como estes tratam desse assunto no contexto pedagógico e da inclusão desses alunos com os profissionais da escola?

Esses questionamentos são fundamentais para que, a partir delas, o sistema educacional brasileiro, possa buscar respostas e soluções para ampliar as condições de inclusão nas salas de aulas. Para tal, essa pesquisa tem como um dos seus objetivos em estudar a legislação vigente sobre educação inclusiva, assim como verificar a ampliação de possibilidade de inclusão de aluno autista na escola, especialmente em classes regulares. Pois isso é uma garantia dessas pessoas, e isso está previsto na Constituição Federal de 1998: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988)

Considerando o objetivo referente ao estudo da legislação, o primeiro capítulo desse trabalho aborda assuntos relacionados aos direitos do autista assegurados na legislação. O segundo, trata da formação de professores para uma educação inclusiva de qualidade e o último capítulo traz os resultados da pesquisa de campo, realizada na Escola Estadual Diolindo do Santos Freire, no município de Novo Alegre.

A pesquisa teve como objetivo geral, verificar a legislação vigente e práticas de inclusão na escola regular como princípios norteadores de inclusão de alunos autistas. Já o foco dos específicos, foi analisar competências necessárias na formação de professores para a inclusão de alunos autistas; identificar procedimentos adotados pela escola campo, escolhida para pesquisa como práticas de inclusão; identificar nessa escola, ações específicas para alunos especiais, principalmente, autistas.

O procedimento metodológico desse trabalho teve como partida a pesquisa bibliográfica e de campo com enfoque qualitativo e descritivo, pois o estudo foi realizado apenas na Escola Estadual Diolindo do Santos Freire, no município de Novo Alegre, pois a mesma possui um aluno autista. Para tal, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados:

questionários aplicados para professores e pais do aluno autista com o intuito de identificar as características, as práticas utilizadas na escola para incluir o aluno (s) e os comportamentos apresentados por ele.

Como esse trabalho é um estudo de caso, no qual segundo LÜDKE (1.986) afirma: “É um método qualitativo que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual. Esse é um procedimento que serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado (LÜDKE, 1.986, p. 35)”.

E considerando os objetivos e o processo metodológico, essa pesquisa traz nos próximos capítulos, os resultados previstos e as discussões dos autores e do pesquisador, assim como as dificuldades reconstruídas principalmente na pesquisa de campo.

2 ASPECTOS LEGAIS E A PROPOSTA DE INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA COM AUTISMO

O autismo segundo a Organização Mundial da Saúde é:

É uma síndrome presente desde o nascimento ou que começa quase sempre durante os trinta primeiros meses. A síndrome caracteriza-se através de anormais a estímulos auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa aparecer e, quando isto acontece, nota-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical, uma incapacidade na utilização social, tanto da linguagem verbal quanto corpórea (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1998).

Ainda segundo a Organização Mundial da Saúde (1998), sobre o autismo, “a criança autista desenvolverá problemas muito graves de relacionamento social, como incapacidade de manter contato visual, ligação social e jogos em grupo”. Nesse sentido, o comportamento se manifestará de modo usualmente ritualístico, podendo incluir resistência à mudança, ligações a objetos estranhos e um padrão de brincar estereotipado.

Conforme Melo (2004),

Autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação (MELO, 2004, p.16).

Ou seja, nesse período os pais devem ficar atentos aos sintomas causados principalmente pela comunicação da criança para tomar as providências cabíveis no sentido de amenizar os conflitos e problemas nas relações com as demais pessoas.

Mello (2004, p. 12), diz que “O autismo intriga e angustia as famílias nas quais se impõe, pois a pessoa com autismo, geralmente, tem uma aparência harmoniosa e ao mesmo tempo um perfil irregular de desenvolvimento”. Pelas experiências vistas nas escolas públicas que atendem a alunos especiais, realmente há uma grande preocupação dos pais e muitas vezes não compreendem o tratamento dado para o filho e isso causa tal angústia. Por isso as famílias buscam diferentes alternativas para lidar com o filho autista. Segundo Melo (2004, p. 14) “algumas famílias se agarram à fé, outras à ciência, outras tentam fugir da realidade a qualquer custo, e a maioria passa por todas essas formas de enfrentamento da situação”.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205 diz, “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família” e logo em seguida, o artigo 206 reforça esse direito garantindo a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e que isso deve ser garantido pelo Estado. E assim, como mencionado anteriormente,

o artigo 208 da referida lei garante a todos, o recebimento de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, o que inclui alunos com autismo.

De modo generalizado, “educação como direito de todos” tem causado muitas inquietações de estudiosos no sentido de que nem todos têm assegurados os direitos na medida que lhes são negadas as oportunidades em curso de maior relevância. No tocante a alunos especiais, a situação é ainda mais complexa, mas o importante aqui é sinalizar que a legislação existe e aponta para o cumprimento de direitos.

Os termos “igualdade de condições”, referido no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 e do artigo 208 que trata do “atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, responsabiliza a todos atender as crianças de forma igualitária e nas mesmas condições. Dessa forma, a escola pública é um espaço que deve ser democrático para atender aos alunos levando em conta todas as suas peculiaridades.

A Lei - 7.853/89, que aborda assunto sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua inclusão, “define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado” BRASIL (1989). Nesse sentido, a escola tem o papel de incluir as crianças dando todas as condições necessárias para que elas sintam-se parte do contexto escolar sem sofrer discriminação ou tratamento diferenciado, pois o não cumprimento dos requisitos previstos implica em crime e isso muita gente desconhece ou não cumpre conforme se determina.

Em 1990, o Estado Brasileiro criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069/90, lei que garante vários direitos para crianças e adolescentes e que durante muitos anos serve de parâmetro para escolas e outros órgãos que lidam com as pessoas citadas, traz em seu artigo 55º que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” BRASIL (1990)

O artigo 53 do ECA diz que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

O item da referida lei, deixa muito claro a responsabilidade de a escola oferecer atendimento especializado sem necessariamente tirá-la das salas regulares, pois ela necessita ser cuidada sem distinção aos demais alunos. O Brasil tem um rico conjunto de leis que garantem aos alunos especiais o direito à educação e o cuidado necessário. Além das leis Nacionais, outros instrumentos legais proporcionam melhor entendimento sobre os direitos das crianças especiais.

Em 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada na cidade Jomtien, na Tailândia também influenciou fortemente no Brasil para a criação de novas políticas educacionais para a educação inclusiva. Pois esta apresentou objetivos amplos e bem definidos, a saber:

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; expandir o enfoque acerca da inclusão; universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem, ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; desenvolver uma política contextualizada de apoio; mobilizar os recursos e fortalecer solidariedade internacional (DECLARAÇÃO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi pautado em documentos internacionais como o Relatório da Declaração Mundial de Educação para Todos de (1990). Também a Declaração de Salamanca, a qual trata de políticas para atender a crianças com necessidades especiais.

No Brasil, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atualmente chamada de LDBEN, lei número 9.394/96. Garante a referida lei em seu artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

Os três pontos presentes na citação acima são importantes e garantem amplos direitos, pois além do currículo, técnicas e recursos, a formação específica de professores para lidar com alunos especiais em classe comuns é talvez um dos aspectos mais relevantes, embora muitas escolas ainda não contam com tais profissionais para atender a algumas

especialidades, principalmente autistas, objeto da presente pesquisa.

Cinco anos depois da LDBEN de 1996, mais um importante instrumento legal foi criado no Brasil com o objetivo de ampliar os direitos das crianças especiais. Cria-se em 2001, a partir da Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional da Educação, resolução que em seu artigo 2º traz em a redação “determina que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais”.

Responsabilizar as escolas pela organização para atender a alunos com necessidades educacionais especiais, sem proporcionar outras condições como formação de professores e material pedagógico adequado para os alunos, parece ser condizente com outras determinações legais mencionadas anteriormente, ou seja, as escolas muitas vezes são desprovidas de condições mínimas para atender alunos com transtornos como é caso dos autistas.

Em 2012, o Brasil cria a lei nº 12.764, que leva em conta as condições específicas do aluno autista. Em seu artigo 1º, conforme diz a legislação:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012).

As características do aluno autista diferem dos demais alunos especiais, por isso traz também os seus direitos em seu artigo 3º: “São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista”:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; o atendimento multiprofissional; a nutrição adequada e a terapia nutricional; os medicamentos e informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento. (BRASIL, 2012).

Cada um dos direitos mencionados pode contribuir para tornar o autista uma pessoa com garantias iguais aos demais alunos, embora, na prática muitos desses direitos ainda são desconhecidos ou não oportunizados às crianças com necessidades especiais, principalmente os autistas que pouco se sabe como lidar com os mesmos.

Ainda sobre lei nº 12.764, no seu parágrafo único, traz a seguinte informação: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”.

Essa regra já entrou em vigor na escola pública e não somente o autista, mas outros alunos especiais já desfrutam desse direito, ou seja, contam com um professor auxiliar para acompanhá-lo durante o período da aula.

No artigo 4º da lei referida anteriormente, a criança com transtorno do espectro autista, não poderá ser submetido a tratamento desumano ou degradante e da mesma forma, não poderá ser privada da sua liberdade ou convívio familiar, ou seja, é uma criança como qualquer outra com direitos na escola e na família sem sofrer discriminação.

Para a lei nº 12.764/2012, “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”. Essa informação ainda é muito desconhecida por muita gente, principalmente em relação às punições aos que descumprem a lei e não respeitam os alunos especiais que necessitam frequentar a escola de forma regular.

Muitas escolas públicas no Brasil já se preocupam ou já têm práticas importantes de inclusão. Principalmente pela presença de muitos professores com titularidade em graduação e até pós-graduação; assim como a existência de políticas públicas inerentes a educação inclusiva. Por isso, faz-se necessário investigar a presença ou não da inclusão nas escolas regulares e de que forma ela acontece. Nesse caso, a pesquisa realizada na escola já mencionada teve como foco a inclusão de alunos autistas na escola regular, ou seja, dentre outras especialidades, os autistas apresentam características peculiares e por isso talvez possam apresentar maiores dificuldades de inclusão.

Assim, considerando que a escola está “para todos” conforme garante a Constituição Federal de 1.988, artigo 205, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, artigo 4º e o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 53º e 54º, é fundamental que os futuros pedagogos e/ou outras áreas de formação de professores se preocupem em compreender como se dá e como ampliar as oportunidades de inclusão de sujeitos que durante muitos anos pareciam não fazer parte da sociedade. O reconhecimento das características do autista e a possibilidade de criar mecanismos para incluí-lo na escola regular foram

fundamentais, para teoricamente conhecer estudos já realizados e ampliar na prática o campo de atuação do professor desde as séries iniciais.

Mantoan (2013) afirma que “A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista terapêutica de Educação Especial.” (MANTOAN, 2013, p. 29).

Esse é o eixo principal da pesquisa realizada com a incumbência de aprofundar sobre o tema, pois isso é algo imprescindível para a Educação Especial. Para tanto, faz-se necessário também apropriar-se de políticas públicas da educação que já sinalizam processos de inclusão, assim como a adequação curricular para atender aos alunos com necessidades especiais e particularmente, o autistas.

Para sustentar as preocupações das famílias e da escola em relação aos alunos especiais, em qualquer que seja a especialidade, assim, Ribeiro (2003) afirma que: “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) veio subsidiar uma ação educativa compromissada com a formação de cidadãos, mostrando que a Educação Especial é parte integrante da Educação Geral, adotando o princípio de inclusão.” (RIBEIRO, 2003, p. 47).

Nesse sentido, percebe-se que a própria legislação tem avançado para dar melhores condições de atendimento aos alunos com necessidades especiais, embora seja preciso enfatizar a necessidade de melhor formação dos profissionais da escola para atender adequadamente os alunos especiais, considerando inclusive, níveis sociais, credos e raças, pois segundo Melo (2004, p. 16) “O autismo incide igualmente em famílias de diferentes raças, credos ou classes sociais”.

Além do conceito e incidência do autismo, outro aspecto relevante é a sua origem. Dessa forma, Melo (2004) apresenta uma possível resposta para a origem do autismo.

Acredita-se que a origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto. (Mello, 2004, p. 17)

Portanto, considerando a possível origem do autismo, Mello (2004) apresenta três características importantes de alunos autistas, são elas:

Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar com sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. Isto inclui gestos, expressões

faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal. Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo, e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas. Dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. (MELLO, 2004, p. 20)

Além da dificuldade de comunicação, dificuldade sociabilização e dificuldade no uso da imaginação Mello (2004), apresenta outras peculiaridades em relação aos alunos com autismo. Características que alguma forma, ajudam a entender o autismo e lidar com os alunos que têm tal patologia. Assim, afirma Mello (2004) que as características são:

Atraso na fala, mas com desenvolvimento fluente da linguagem verbal antes do cinco anos e geralmente com: Dificuldades na linguagem, ou Linguagem pedante e rebuscada, o Ecolalia ou repetição de palavras ou frases ouvidas de outros, ou Voz pouco emotiva e sem entonação. (Mello, 2004, p. 26).

Considerando tais aspectos, apontados por Melo (2004), é necessário que tanto a escola, quanto a família possam em parceria realizar um trabalho de assistência educacional para evitar maiores problemas na formação dos alunos autistas. Melo (2004) aponta algumas possibilidades relevantes que a escola pode realizar para amenizar as dificuldades de crianças autistas. Ele afirma,

Devemos procurar o antes possível desenvolver: A autonomia e a independência; A comunicação não-verbal; Os aspectos sociais como imitação, aprender a esperar a vez e jogos em equipe; A flexibilização das tendências repetitivas (MELLO, 2004, p. 28).

Além das considerações apresentadas por Melo (2004) na citação acima, outras orientações são imprescindíveis principalmente para os chamados educadores e cuidadores. Nesse contexto, o profissional da educação pode levar em conta outras situações que certamente contribuirão no processo de educação e formação dos alunos autistas. Para tal, Melo (2004) aponta oito possibilidades, as quais serão abaixo apresentadas.

1. Sente o mais próximo possível do professor.
2. Seja requisitado como ajudante do professor algumas vezes.
3. Use agendas e calendários, listas de tarefas e listas de verificação.
4. Seja ajudado para poder trabalhar e concentrar-se por períodos cada vez mais longos.
5. Seja estimulado a trabalhar em grupo e a aprender a esperar a vez.
6. Aprenda a pedir ajuda.
7. Tenha apoio durante o recreio onde, por exemplo, poderá dedicar-se a seus assuntos de interesse, pois caso contrário poderá vagar dedicar-se a algum assunto inusitado ou ser alvo de brincadeiras dos colegas.
8. Seja elogiado sempre que for bem sucedido. (Mello, 2004, p. 30).

Esse conjunto de possibilidades e outras o próprio professor e a escola podem adotar, certamente, contribuirão para a inclusão com qualidade e principalmente com respeito aos alunos. Dessa forma, esse primeiro capítulo, traz informações e contribuições importantes tanto para os acadêmicos, futuros professores, quanto para as escolas que ainda não dispõem de material teórico sobre alunos especiais, e necessariamente, sobre autistas que é o objeto da presente pesquisa.

2.1 Características da pessoa com autismo

De acordo com Nataly Pessoa (2012), Autismo clássico, Síndrome de Asperge, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, Transtorno de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância. Cada um desses tipos de autismo tem características diferentes e formas de tratamento também peculiar, pois a intervenção precoce e o tratamento pode melhorar significativamente o funcionamento de uma criança, independentemente do tipo de autismo que tenha, ou seja, como qualquer outra patologia, é fundamental cuidar preventivamente, logo cedo.

2.2 Principais tipos de autismo

Autismo clássico

De acordo com Pessoa (2012), o autismo clássico é caracterizado por problemas com a comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. Conforme Pessoa (2012), o autismo clássico é descoberto antes dos três anos e é exatamente o atraso do desenvolvimento da linguagem que sinaliza a presença desse tipo de autismo.

O autismo clássico varia de leve a alto funcionamento ou ainda a grave ou baixo funcionamento. Ou seja, esse tipo de autismo envolve sintomas perceptíveis a partir do atraso das competências linguísticas o qual compromete o desenvolvimento social, assim como a falta de capacidade para lidar com brinquedos e outras atividades lúdicas. Os sintomas do autismo são profundos e envolvem a ausência de habilidades de comunicação e outras que tornam o autista diferente de outras crianças que apresentam capacidades cognitivas muito

mais elevadas.

Síndrome de Asperger

Ainda de acordo Pessoa (2012), Síndrome de Asperger é um tipo de autismo de alto funcionamento e suas características se baseiam em excepcionais habilidades verbais, problemas com o jogo simbólico, assim como dificuldades com habilidades sociais, motricidade fina e grossa e outras habilidades específicas da criança com Síndrome de Asperger. A escola e a família têm papéis fundamentais no processo de descoberta da síndrome de Asperger e conseqüentemente, cuidar dos portadores da mesma no sentido de ajudar a criança nos processos de socialização e desenvolvimento de habilidades cognitivas, embora esse seja o maior desafio.

Transtorno Invasivo do Desenvolvimento

Esse é um tipo de transtorno do espectro do autismo em que profissionais de saúde mental costumam diagnosticar os indivíduos com autismo de alto funcionamento ou baixo. É também conhecido como autismo atípico o qual não apresenta todas as características clássicas de autismo.

Segundo Pessoa (2012), os indivíduos diagnosticados com esse tipo de autismo podem lutar com a linguagem ou as habilidades sociais e comportamentos repetitivos, mas eles não podem encontrar desafios em todas as três áreas. Esta desordem difere de Síndrome de:

Transtorno de Rett

Conforme Pessoas (2012) uma vez considerado um transtorno do espectro do autismo, Síndrome de Rett não será incluída no espectro do autismo. Isso se dá porque Transtorno de Rett é causado por uma mutação genética.

Apesar de os sintomas da desordem, que incluem a perda de habilidades sociais e de comunicação, imitar o autismo clássico, a doença passa por diversas fases diferentes. Normalmente, as crianças diagnosticadas com Transtorno de Rett superam muitos dos desafios que são semelhantes ao autismo. Podem enfrentar outros desafios, incluindo a deterioração de habilidades motoras e problemas com a postura, que não afetam a maioria das pessoas do espectro do autismo. (PESSOA, 2012, p.10).

Transtorno Desintegrativo da Infância

Ainda de acordo com Pessoa (2012), o Transtorno Desintegrativo da Infância (CDD) é caracterizado por uma perda de comunicação e habilidades sociais entre as idades de dois e quatro anos. Este transtorno tem muito em comum com o autismo regressivo, e será classificado como um transtorno do espectro do autismo em geral. É fundamental compreender os diferentes tipos de autismo, se esses transtornos têm um diagnóstico oficial separado ou não, pode ser muito útil ao formar expectativas, projetando um plano de tratamento, e experimentar com estratégias comportamentais, garante Pessoa (2012).

Com todos os transtornos do espectro do autismo, é importante procurar ajuda logo que você suspeitar que algo não pode estar certo. Sendo ativamente envolvido no tratamento é a maior coisa que você pode fazer para ajudar seu filho ou você mesmo superar alguns dos desafios de transtornos do espectro do autismo.

2.3 Níveis e graus de autismo

Inicialmente é necessário salientar que o autismo classifica-se em Grau leve (Nível 1), Grau moderado (Nível 2) e Grau severo (Nível 3). Para Pessoa (2012), essa classificação se dá apenas baseada na quantidade de apoio necessária para contemplar as necessidades de cada um, considerando as dificuldades na comunicação, nos interesses restritos e comportamentos repetitivos. Ou seja, cada nível ou grau requer um tipo de cuidado, seja na escola, na família e conseqüentemente, uma forma de tratamento Assim, quando o diagnóstico é confirmado com Transtorno do Espectro Autista a criança pode estar no Nível 1, 2 ou 3.

Abaixo serão apresentadas na íntegra as características de cada nível de acordo com a classificação apontada por Pessoa (2012).

2.4 Nível 1 – Necessidade de pouco apoio: Comunicação Social

- A criança necessita de apoio contínuo para que as dificuldades na comunicação social não causem maiores prejuízos;
- Apresenta dificuldade em iniciar interações com outras pessoas, sejam adultos ou crianças, ocasionalmente oferecem respostas inconsistentes as tentativas de interação por parte do outro;
- Aparentemente demonstram não ter interesse em se relacionar com outras pessoas.

Comportamentos repetitivos e restritos

- Esse padrão de comportamento repetitivo e restrito ocasiona uma inflexibilidade comportamental na criança, gerando assim dificuldade em um ou mais ambientes;
- A criança fica por muito tempo em uma única atividade (hiperfoco) e apresenta resistência quando necessita mudar para outra;
- Alterações na organização e planejamento podem atrapalhar o trabalho pela busca da independência e autonomia da pessoa.

2.5 Nível 2 – Necessidade de apoio substancial: Comunicação Social

- A criança apresenta um déficit notável nas habilidades de comunicação tanto verbais como não-verbais;
- Percebe-se acentuado prejuízo social devido pouca tentativa de iniciar uma interação social com outras pessoas;
- Quando o outro inicia o diálogo as respostas, geralmente, mostram-se reduzidas ou atípicas.

Comportamentos repetitivos e restritos

- Apresenta inflexibilidade comportamental e evita a mudança na rotina, pois tem dificuldade em lidar com ela;
- Essas características podem ser notadas por um parente ou amigo que raramente visita a casa da família;
- A criança se estressa com facilidade e tem dificuldade de modificar o foco e a atividade que realiza.

2.6 Nível 3 – Necessidade de apoio muito substancial

Comunicação social

- Há severos prejuízos na comunicação verbal e não-verbal;
- Apresenta grande limitação em iniciar uma interação com novas pessoas e quase nenhuma resposta as tentativas dos outros.

Comportamentos repetitivos e restritos

- Há presença de inflexibilidade no comportamento;
- Extrema dificuldade em lidar com mudanças na rotina e apresentam comportamentos restritos/repetitivos que interferem diretamente em vários contextos;
- Alto nível de estresse e resistência para mudar de foco ou atividade.

Ou seja, independente do grau (leve, moderado e severo) a criança necessita de apoios específicos, pois geralmente o que diferencia são os sintomas que em alguns são mais sutis do que em outros. Como também a quantidade de terapias e o longo período dispendido aos tratamentos, outro fator considerável é a necessidade do uso da medicação, lembrando que não existe remédio para o autismo e sim para minimizar os seus sintomas, estes, variam de acordo com o grau, garante Pessoa (2012).

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE

Nas últimas décadas, o Brasil tem se preocupado com a formação de professores, dada a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei número 9.394/96 e considerando também as demandas de inclusão na escola, independentemente da especialidade dos alunos. Nesse caso, o objeto de estudo é a inclusão de alunos autistas no ensino regular.

Para Figueiredo apud Mantoan (2011, p. 141) “a formação inicial, bem como a formação continuada de professores que visa a inclusão de todos os alunos [...] e acesso à escola precisa levar em conta princípios de base que os instrumentalizem para a organização do ensino e a gestão da classe”.

Isso implica dizer que não basta inserir os alunos na escola e dizer que há um processo de inclusão, pois incluir vai além do acesso, ou seja, os alunos necessitam encontrar na escola espaços que os acolham em todos os aspectos.

Figueiredo (apud Mantoan 2011, p. 141), enfatiza que “o cotidiano da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos”. Didaticamente, o professor tem um compromisso de criar ambientes que proporcionem a socialização dos alunos autistas sem diferenciar o atendimento dos demais.

Prieto (2006, p. 56) diz que “a formação de profissionais da educação é tema de destacado valor quando a perspectiva do sistema de ensino é garantir a matrícula de todos os alunos no ensino regular, particularmente na classe comum”. De modo geral, a escola precisa matricular os alunos em classes comuns, mas é fundamental que se leve em conta a formação de seus professores, aspecto, muitas vezes ainda não atendido, ou seja, apesar da exigência da Legislação, LDBEN 9394/96, ainda há muitas escolas com profissionais com formação que não atende principalmente a alunos especiais.

Ainda em relação à formação do professor que atua diretamente com autista, ou de modo mais amplo, para a educação especial, um dos grandes desafios é contar com profissionais formados, isto é, preparados para lidar com diferentes tipos de especialidades dos alunos espalhados pelas escolas públicas e particulares.

Alves (2005, p. 46) afirma:

Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola [...] a

preparação deveria acontecer em todos os momentos e instancias. A partir da qualificação do profissional ainda na universidade (ALVES, 2005, p.46).

Essa é mais uma realidade, muitas vezes se cobra de professores ou outros profissionais aquilo que os mesmos não tem a devida condição. A formação inicial nem sempre oferece aos futuros professores as condições necessárias para lidar com os alunos especiais independente da especialidade.

Para Alves (2005, p.59) o professor “[...] precisa ter uma clara preocupação sobre o caminho que terá que percorrer para conseguir alcançar os objetivos”. Ou seja, o professor inclusivo necessita ter um perfil próprio. Não basta assumir uma turma de alunos ditos regulares, é fundamental ter consciência que no meio deles poderá ter alunos especiais.

De acordo com Figueiredo apud Mantoan (2011),

A formação de professores passa por uma redefinição das competências e das principais funções a eles atribuídas. A formação inicial bem como a formação continuada de professores visando a inclusão de todos os alunos e o acesso deles ao ensino. (FIGUEIREDO apud MANTOAN, 2011, p.141).

A formação de professores, necessariamente, passa por mudanças de paradigmas, pois as demandas e incumbências não são mais as mesmas de algumas décadas. Segundo Figueiredo apud Mantoan (2011, p. 143), “a escola para se tornar inclusiva deve acolher todos os seus alunos independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras”.

Do ponto de vista legal, a escola deveria estar preparada para receber indiscriminadamente todos os alunos, no entanto não basta receber, é necessário acolher e ensinar. Talvez esse seja o grande desafio, especialmente quando se trata de alunos especiais, nesse caso, os autistas têm características muito mais exigentes, e, portanto, incluir é uma necessidade. É importante salientar que ao se falar de escola, fala-se de professores e demais profissionais, pois esta não existiria sem os sujeitos que a conduz. Por isso, a ênfase dada nessa pesquisa à formação dos professores, pois eles são os principais agentes do processo de formação das crianças.

Figueiredo apud Mantoan (2011) diz que:

Com base nos princípios da escola inclusiva, a formação dos professores só poderá acontecer inscrita no espaço coletivo, que possibilitará uma mudança de cultura na

escola, criando mecanismos para o desenvolvimento de uma cultura colaborativa, em que a reflexão sobre o próprio trabalho pedagógico seja um de seus componentes. (FIGUEIREDO apud MANTOAN, 2011, p. 144).

A escola é um espaço importante para a formação dos profissionais que nela atuam, pois é possível ampliar discussões acerca das atividades desenvolvidas e criar condições de acolhimento do alunado e conseqüentemente, incluí-los no processo de ensino e aprendizagem. A coletividade pode construir conceitos novos acerca da educação e de como lidar com as peculiaridades nela existente. Por isso tamanha relevância abordar sobre a formação de professores no contexto da inclusão escolar.

Ainda sobre formação de professores Prieto apud Mantoan (2006) afirma:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implementar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aqueles evidenciados pelos alunos com necessidades educacionais especiais (PRIETO apud MANTOAN, 2006, p. 57).

A formação continuada é uma exigência de qualquer área do conhecimento haja vista, a necessidade de acompanhar e atender as mudanças da sociedade e as demandas do campo educacional, pois a legislação educacional cada vez mais aponta para o atendimento especializado aos alunos com necessidades especiais, principalmente.

Ao se falar de educação especial no contexto escolar e considerando principalmente o autismo, faz-se necessário mencionar dois aspectos fundamentais: o autismo com ênfase na chamada Lei da Esperança e a formação de professores para atuar na escola regular com alunos especiais.

A Lei da Esperança, lei número 127641/2012, ou denominada lei Berenice Piana, trata da luta de pais e adeptos da causa do autismo. Segundo Caminha (2006, p.12), “a esperança é o motor de quem convive com o autismo”. Ainda de acordo com Caminha (2006, p. 12) “a esperança é duramente abalada quando eles, pela condição ou, pelo jeito de ser, são excluídos e sofrem discriminação”.

Nesse contexto, tanto a esperança, quanto a condição de tratamento dado a alunos especiais, parecem ser o melhor “remédio” para uma inclusão humanizada aos que necessitam de um ambiente escolar menos excludente. A escola pública através dos gestores escolares tem se preocupado com a inclusão de alunos com necessidades especiais, dada a exigência da

Legislação que além de propor a inclusão em salas regulares, há também a disponibilidade de profissionais especializados para auxiliar os alunos em sala de aula e fora dela.

No Estado do Tocantins, especificamente, para cada aluno especial como (cadeirante, baixa visão, autista, surdos) e outros, há um professor auxiliar para acompanhar o aluno na realização de suas atividades, as quais devem ser elaboradas pelo professor regente. Essa é uma prática recente a qual, somente a partir de 2016 foi adotada em algumas escolas que ainda estão em fase de adaptação e regularização.

4 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE AUTISTAS NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, SALA REGULAR DA ESCOLA ESTADUAL DIOLINDO DOS SANTOS FREIRE EM NOVO ALEGRE TOCANTINS

4.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa ora realizada é um estudo bibliográfico e de campo, com enfoque qualitativo e descritivo e também é um estudo de caso. Isso por que o objeto de estudo delimita-se a apenas um aluno autista. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Diolindo do Santos Freire, no município de Novo Alegre, Estado do Tocantins, a qual atende a um aluno autista.

Para tal, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: questionários aplicados para duas professoras do aluno (s) autista, sendo a professora regente e a professora auxiliar, pois o principal objetivo era identificar as características, as práticas utilizadas na escola para incluir o aluno (s), os comportamentos apresentados por ele e as dificuldades ainda presentes na escola.

Qualquer pesquisa realizada implica na construção de conhecimento, o qual precisa ser disseminado na universidade e na comunidade em geral, pois além de contribuir para a melhoria de práticas estudantis e escolares, impulsiona novos estudos e amplia o universo de informações necessárias para a ciência. Nesse sentido, esse trabalho traz como resultado final, conceitos de educação inclusiva, concepções e possibilidades de garantias da inclusão na educação regular. Do ponto de vista teórico, alguns autores como Ribeiro (2003), Alves (2005), Mantoan (2006), Manuais que tratam de alunos autistas, foram fundamentais para a realização da pesquisa.

Alves (2005) afirma:

A chegada de um ser especial no âmbito familiar é muito diferente do que quando recebemos um ser denominado normal. Conceber este ser é muito mais complicado ainda e a aceitação é muito difícil [...] mas podemos fazer com que o esperado seja menos angustiante, triste, preocupante, mostrando a estes o quanto pode ser feito (ALVES, 2005, p. 27).

Para tal, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: questionários aplicados para professores e pais do aluno (s) autista com o intuito de identificar as características, as práticas utilizadas na escola para incluir o aluno (s) e os comportamentos apresentados por ele.

4.2 O cenário da Escola Estadual Diolindo dos Santos Freire

A cidade de Novo Alegre, Estado de Tocantins, tem apenas duas escolas estaduais, pois trata-se de uma cidade pequena, dentre elas, a Escola Estadual Diolindo dos Santos Freire que atende a crianças do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, foi criada sob a Lei nº 10.382 de 21/12/1987 com a autorização de funcionamento nº 348/96, atualmente funciona com a renovação e reconhecimento portaria SEDUC- TO nº 6215 de 30/05/2001 visando atender às necessidades da comunidade local. Ressalta-se que as informações acerca da lei de criação, de renovação e reconhecimento foram colhidas do Projeto Político pedagógico da mencionada escola.

A referida Unidade Escolar foi construída em uma área pertencente ao Colégio Estadual Dr. João D’Abreu S/N centro em Novo Alegre – TO, com uma estrutura física inadequada por ser pré-moldada com placas de cimento, salas escuras e sem ventilação.

Em 1997 houve a reorganização do ensino no município e esta Unidade Escolar passou a atender apenas a 1ª fase do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, no entanto, como não havia um prédio próprio a Prefeitura cedeu um prédio provisório localizado na Avenida Castelo Branco s/n permanecendo nele até setembro de 2013. A Escola Estadual Diolindo dos Santos Freire funciona no referido prédio cedido pela prefeitura durante 17 anos, porém o mesmo foi interditado por correr risco de desabamento e conseqüentemente no mês de setembro de 2013 a escola retorna para as dependências do Colégio Estadual Dr. João D’Abreu S/N centro em Novo Alegre – TO, ao qual permanece até hoje.

A escola não possui espaço adequado para recreação dos alunos. Referindo-se a cantina podemos dizer que o espaço é insuficiente e pouco arejado. A sala de recursos está em perfeitas condições, e com materiais pedagógicos para torná-la um ambiente acolhedor capaz de atrair os alunos e os mesmos sentirem-se importantes e com vontade de aprender, nesse sentido considerando a estrutura física do prédio, percebe-se que o mesmo não atende as necessidades de todos os docentes e discentes.

Do ponto de vista da proposta curricular, além das disciplinas do núcleo comum, ressalta-se que a mesma é sempre atualizada com os aspectos culturais locais haja vista a necessidade de atender às necessidades dos alunos e principalmente, respeitar as características da comunidade local com suas experiências curriculares.

No início de cada ano letivo a equipe escolar faz uma auto – avaliação dos trabalhos

realizados durante o ano anterior. Os professores iniciam os trabalhos de cada ano, realizando um diagnóstico acerca do nível do conhecimento dos alunos, principalmente daqueles oriundos de outras escolas ou da Zona Rural que geralmente trazem algum aspecto curricular diferente.

Quanto aos alunos com necessidades educacionais especiais, são atendidos nas salas regulares com atividades diferenciadas de acordo com suas competências e habilidades, respeitando o tempo de aprendizagem, a potencialidade e as limitações dos mesmos. Além disso, os alunos são atendidos no contra turno na sala de recursos da Escola Estadual Diolindo dos Santos Freire com o uso de materiais didáticos e tecnológicos que são adquiridos exclusivamente para os alunos da referida sala.

No Projeto Político Pedagógico da escola, não constam ações específicas para atendimento ao aluno autista e nem outras categorias de alunos especiais, há apenas a sala de recursos com um professor que atende os alunos em horários particulares, há também uma professora auxiliar com exclusividade para o aluno autista que o acompanha durante o período da aula.

Em relação ao planejamento, de acordo com o Projeto Político pedagógico, as práticas pedagógicas são realizadas de forma sistemática e coletiva de acordo com documentos de Referência curricular para elaboração dos planos de ensino de cada ano letivo.

Os livros didáticos e os demais recursos pedagógicos, os quais são utilizados pelo professor, servem com ferramentas que direcionam o trabalho dos profissionais da escola no sentido de analisar e refletir as necessidades de atividades que podem dar certo na sua sala de aula. Com a troca de experiência entre professores é possível realizar bons trabalhos na sala de aula.

Em relação à avaliação da aprendizagem, são utilizados instrumentos diferenciados como provas, trabalhos de grupos e individuais, atividades de sala de aula e critérios de avaliação muito peculiar a cada professor. A escola sempre analisa os resultados de aprendizagem, verificando avanços alcançados e as dificuldades enfrentadas pelos alunos. Nesse sentido, são elaborados planos de intervenção, os quais objetivam a melhoria do rendimento escolar de cada aluno.

Do ponto de vista das tecnologias, a escola realiza práticas inovadoras usando data show, computadores, músicas e dinâmicas que possam incluir os alunos digitalmente e com

isso atender às diferentes necessidades de aprendizagem. Os professores são estimulados a despertar o interesse dos alunos de forma contextualizada, usando técnicas variadas de ensino.

Portanto, de modo geral, por se tratar de uma escola que atende a alunos da primeira fase do Ensino Fundamental, é uma instituição que conseqüentemente deixará de atender a esse nível de ensino, considerando que o município assumirá os alunos, caso seja cumprida a legislação que determina aos municípios a responsabilidade de oferecer o Ensino Fundamental da primeira e segunda fase.

4.3 Apresentação dos dados da pesquisa de campo

Ao se tratar de um assunto tão relevante como a inclusão e nesse caso, a inclusão de um aluno autista nas classes regulares, faz-se necessário esclarecer como foi realizado o diagnóstico para a comprovação do autismo. Segundo informações coletadas no Projeto Político Pedagógico da escola campo da pesquisa, ao se deparar com o comportamento do aluno, a escola solicitou da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins que uma equipe de especialistas visitassem a unidade escolar com a finalidade de diagnosticar a especialidade do aluno.

Os especialistas, em 2017, após conversarem com professores, gestora e coordenadores pedagógicos, os mesmos relataram características da família do suposto aluno autista e ainda, após análise do comportamento da criança, a equipe de especialistas afirmou que se trata de um autista e que a escola precisaria incluí-lo nas atividades escolares.

Por se tratar de um aluno específico, a pesquisa de campo foi realizada apenas com duas professoras, uma da sala de aula regular e a outra que atua como professora auxiliar, esta última trabalha diretamente com o aluno autista, ou seja, além da professora de classe ela auxilia no atendimento especializado ao aluno. Nesse sentido, foi aplicado um questionário as duas e outro para os pais do aluno.

Para as professoras foram feitas oito perguntas todas abertas, as quais trouxeram informações relevantes e vão ao encontro do que trata a literatura acerca do autismo em crianças em idade escolar. As professoras foram denominadas na pesquisa como professora A e professora B, como pode ser verificado a seguir:

Perguntas	Dados das professoras A e B
1. Formação completa das professoras	Pedagogia e Psicopedagogia
2. Forma de ingresso na escola: a) () concurso b) () indicação c) () outro	Professora A: Concursada Professora B: Indicada
3. Há quanto tempo trabalha com aluno autista?	Professora A: Há mais de 20 anos no Magistério, mas apenas oito meses com o aluno autista. Professora B: Há um ano com o aluno autista
4. Quais as principais dificuldades para trabalhar com aluno autista? Cite as principais.	Professora A: Falta de conhecimento sobre o autismo; Falta de formação de profissionais para lidar com o aluno autista. Professora B: Falta de conhecimento sobre o autismo; Dificuldade para adaptar material pedagógico para o aluno autista.
5. Como o aluno autista se relaciona com os demais alunos?	Professora A: o aluno autista tem dificuldades de se relacionar com os demais alunos; Escolhe sempre uma pessoa para se aproximar. A professora B: O aluno se relaciona bem com ela.
6. Você tem formação específica para trabalhar com alunos especiais, particularmente, autistas? Se não tem como faz para atender ao mesmo?	Professora A: “Além da formação em Pedagogia e Psicopedagogia, fiz outras formações para trabalhar com alunos com necessidades especiais. Professora B: Não tem formação específica
7. Como a escola se organiza para atender aos alunos com necessidades especiais, e em especial, ao aluno autista?	Professora A: a escola oferece acompanhamento individual com um professor auxiliar: A escola atende o aluno na sala de recurso em horários específicos com uma professora da própria sala de recurso. Professora B: A escola atende o aluno na sala de recurso em horários específicos com uma professora da própria sala de recurso.

8. Você conhece o projeto político pedagógico da escola? se conhece, tem ações específicas para atender ao aluno autista?	<p>Professora A: “Eu conheço o Projeto Político Pedagógico”</p> <p>Professora B: “Conheço o Projeto Político Pedagógico, no entanto, não há ações específicas para atendimento ao aluno autista”.</p>
9. Outras informações	<p>Professora A: As pessoas com autismo têm muita dificuldade de socialização, são cheias de hábitos e preferências, inclusive fazem muitos gestos e gostam de sons repetitivos; gostam de montar e desmontar peças de jogos, brinquedos. Não é fácil se relacionar com autista. (DEPOIMENTO).</p>

Fonte: autoria própria

4.4 Análise dos dados da pesquisa

Conforme o quadro de perguntas foi direcionado para as professoras A e B, percebe-se que apesar da formação em nível superior e até especialização em áreas da Educação Especial, as professoras e a escola de modo geral ainda não se sentem habilitadas para atender crianças especiais e principalmente, autistas, pois estes apresentam características bem acentuadas e diferentes de outras especialidades.

Nesse sentido, a primeira pergunta, sobre a formação das professoras, as profissionais A e B afirmaram que são formadas em Pedagogia e uma delas é especialista em psicopedagogia, ou seja, do ponto de vista de formação, as professoras têm um currículo interessante.

Para o início da análise dos dados fez-se uma retomada do conceito de Síndrome de Aperger, o qual é apontado por Pessoa (2012), como um tipo de autismo de alto funcionamento e suas características se baseiam em excepcionais habilidades verbais. Compreender isso é de suma importância para dialogar com os professores as experiências e informações que os mesmos têm em relação ao autismo.

A segunda pergunta sobre o ingresso das professoras na escola, a professora A ingressou na escola através de concurso público, enquanto a professora B ingressou no serviço público através de contrato temporário. A professora A já atua no magistério há mais de vinte anos embora, trabalha com o aluno autista há apenas oito meses e a professora B, já atende ao aluno há um ano, isto é, mesmo quando a especialidade ainda não era reconhecida.

Perguntadas sobre: *Quais as principais dificuldades para trabalhar com aluno autista?* A professora A disse que se tratando de uma necessidade educativa especial, autismo, que não é muito comum na comunidade de Novo Alegre, são diversos os fatores que dificultam o trabalho com um portador de autismo. Dentre as dificuldades a professora apontou a falta de formação de profissionais para lidar com aluno, pois este por natureza apresenta dificuldades na comunicação e para na interação com os demais alunos e profissionais, por isso os profissionais de modo geral necessitam de conhecimento para compreender o processo de comunicação. Ainda sobre a mesma pergunta a professora B, disse que a principal dificuldade é a falta de conhecimento sobre o autismo e conseqüentemente, dificuldades para adaptar os materiais pedagógicos para o aluno.

Sobre essas mesmas dificuldades Mello (2004) aponta como características o “atraso na fala, mas com desenvolvimento fluente da linguagem verbal antes do cinco anos e geralmente com: Dificuldades na linguagem, ou Linguagem”. A falta de formação específica dos profissionais da escola dificulta muito o trabalho em sala de aula.

A quinta pergunta: *Como o aluno autista se relaciona com os demais alunos?* A professora A afirmou que o aluno autista tem muita dificuldade em se relacionar com os demais alunos, no entanto, escolhe sempre uma pessoa como forma de segurança e com isso cria confiança. Para Melo (2004), Autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade. Considerando a pergunta como o autista se relaciona com os demais alunos, a afirmação de Melo (2004) é importante no sentido do professor compreender desde cedo as alterações de humor do aluno autista e de como lidar com tais situações.

Embora as professoras tenham dito que têm formação em pedagogia, uma das perguntas foi: *Você tem formação específica para trabalhar com alunos especiais, particularmente, autistas?* A professora A afirmou que além da especialização em psicopedagogia, já fez outras formações para trabalhar com alunos com necessidades especiais.

Quando interrogadas sobre: *Como a escola se organiza para atender aos alunos com necessidades especiais, e em especial, ao aluno autista?* Segundo a professora A, a escola inclui o aluno no Ensino Regular e oferece acompanhamento individual de uma professora auxiliar para ajudar nas tarefas e na socialização do aluno para que o mesmo não fique ocioso em sala de aula.

A esse respeito, a lei nº 12.764, no seu parágrafo único, ela afirma que, “Em casos de

comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular [...] terá direito a acompanhante especializado”. Nesse sentido a escola tem procurado atender aos direitos do aluno, embora tenha encontrado algumas dificuldades principalmente pela falta de informações acerca do autismo.

Da mesma forma o artigo 53 do ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente) apresenta garantias de direitos principalmente no que diz respeito a igualdade de condições e ao atendimento especializado, conforme apresente-se a seguir.

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

Além do acompanhamento individual, a escola também conta com uma Sala de Recurso Multifuncional onde o aluno também é atendido por uma professora em horários específicos. A professora B ressaltou que escola atende o aluno numa sala de recursos, informação já apontada pela professora A. Nesse sentido, parece mesmo que a escola limita-se à Sala de Recurso e ao acompanhamento da professora auxiliar, haja vista que não são mencionadas outras possibilidades, seja de material pedagógico, seja de participação do aluno em alguma atividade específica que comprove a sua inclusão e participação no processo educacional.

Para ampliar as informações sobre o aluno autista, perguntou-se: Você conhece o projeto político pedagógico da escola? Se conhece, tem ações específicas para atender ao aluno autista? A professora A disse que conhece o Projeto da escola, mas afirmou que não há ações direcionadas ao aluno autista. Segundo a referida professora, ela vê como uma necessidade de incluir ações e formações para os profissionais da escola no sentido de que estes possam desenvolver um trabalho humanizado e digno de acordo com as demandas da escola. A professora B também disse que conhece o Projeto Político da escola, mas não há ações direcionadas ao atendimento do aluno autista. Além da pergunta direcionada às professoras, a mesma questão foi estendida à gestora que também afirmou que não há no Projeto Político Pedagógico ações para atendimento ao aluno autista.

De modo geral, as informações coletadas foram muito relevantes e condizentes com os aspectos teóricos dos capítulos um e dois, pois o objetivo era exatamente compreender a realidade de um aluno autista incluído numa escola regular. Assim, foi possível identificar as dificuldades das professoras em relação ao aluno e como a escola atende ao mesmo. Foi possível

identificar também que apesar da escola dispor de sala de recurso e professor auxiliar para atender o aluno, ainda há muito a se fazer para de fato incluir não só autista, mas outros com peculiaridades e especialidades diferentes. A inclusão vai além de manter o aluno na sala de aula, pois até mesmo os profissionais necessitam ser incluídos no contexto escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se discute a inclusão de crianças em classes regulares, nem sempre se leva em conta os tipos e peculiaridades das especialidades e se a escola está preparada para a prática inclusiva, pois apesar da variedade de necessidades especiais, cada um tem particularidades diferentes e conseqüentemente, necessita de atendimento também diferenciado. Nesse sentido, a pesquisa realizada trata especificamente de um aluno autista, uma categoria que apresenta inúmeras dificuldades, tanto para os pais que nem sempre entendem a deficiência do filho, quanto para a escola que em geral não conta com profissionais especializados e nem estrutura física que atendam as crianças de forma adequada, ou seja, dando-lhes o devido atendimento previsto na legislação educacional.

A estrutura do texto apresenta a classificação dos tipos de autismo, assim como os direitos garantidos. Os tipos de autismo classificam-se em: Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Transtorno Invasivo do desenvolvimento, Transtorno de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância. Conhecer e compreender os tipos de autismo foi de grande relevância, durante a pesquisa, pois a princípio fala-se apenas em autismo sem o devido conhecimento das características e as formas mais apropriadas para o tratamento e principalmente como diagnosticar e cuidar.

Mello (2004) apresenta três situações do autismo que deixam pais e professores angustiados. São elas: dificuldades de comunicação; dificuldades de sociabilização e dificuldades do uso da imaginação. Essas são características que podem ajudar a diagnosticar e conseqüentemente, dar a devida atenção para a criança. Os níveis de autismo também são diferentes e por isso se faz necessário entender os graus, os quais se classificam em 1, 2 e 3, ou seja, leve, médio e alto. Cada um tem características próprias, as quais estão detalhadas no capítulo primeiro desta monografia.

A formação de professores para ensinar de forma inclusiva é na conjuntura atual, uma necessidade latente, pois a escola recebe os alunos, independente de suas especialidades, mas nem sempre está preparada para atender cada criança conforme a necessidade, ou seja, a escola sempre espera receber os chamados alunos “normais” e não aqueles que têm necessidades especiais. Para isso é imprescindível não somente uma licenciatura, é preciso formação continuada no sentido de dar condições para atuar nas classes regulares com crianças portadoras de necessidade especiais. Sobre essa urgência de formação, Alves (2013) afirma que na educação inclusiva há sempre a cultura do assistencialismo e não o sentido de igualdade.

Os resultados da pesquisa foram muito satisfatórios no sentido de entender as dificuldades dos pais para lidarem com o problema de crianças autistas, pois muitas vezes, a própria família tem receio de falar do assunto e dificilmente aceitam a situação. Por isso, conhecer a criança autista, os pais e irmãos, foi fundamental haja vista que toda família, nesse caso específico da pesquisa, apresenta características de pessoas com necessidades especiais. Por isso se faz necessário ajudar também à família para que esta possa entender através da escola que o é autismo e como cuidar do aluno portador de qualquer uma das síndromes existentes.

Ouvir os professores, ver suas respostas sobre o autismo também foi muito importante, pois apesar de apontarem algumas práticas já existentes na escola como brincar, jogar e conversar com o aluno autista, ainda há muita insegurança, já que a cada dia surgem novas descobertas e situações inéditas, por isso a necessidade de formação dos profissionais da escola e condições estruturais da escola no tocante a materiais que podem ajudar na formação de crianças com autismo.

Em relação à receptividade da escola para a realização da pesquisa foi muito tranquila e todos os profissionais colaboraram no sentido para a construção de um trabalho de conclusão de curso bom e que possa ser disseminado entre profissionais e a comunidade em geral para que se dê a devida importância à verdadeira inclusão não só de alunos com autismo, mas de todas as especialidades presentes no âmbito escolar.

De modo geral, os resultados da pesquisa foram importantes e condizentes com os objetivos propostos, embora tenham sido apresentadas muitas dificuldades e carência de material pedagógico na escola. A Educação Especial é sem dúvida um tema interessante e inesgotável o qual precisa ser aprofundado para que proposições sejam apresentadas no sentido de melhorar a cada dia o atendimento para alunos que têm direitos perante a legislação, mas nem sempre esses direitos são garantidos.

Conhecer o aluno e as condições de atendimento, o espaço escolar, o tipo de atividade desenvolvida, tudo foi de suma importância para se perceber o abismo que ainda há entre o discurso que permeia a Educação Inclusiva e a prática na escola, pois tanto a formação do professor, quanto a infra-estrutura da unidade escolar, necessitam de novos investimentos e atenção das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. LDB 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº. 7.853**, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2005.

BRASIL, **lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990 Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

BRASIL, **lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001 Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

CASTRO, Adriano Monteiro de. Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: **Avercamp**, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Disponível em: < <http://www.regra.com.br/educacao/>>. Acesso em 11 nov 2019.

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, 1990.

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, Ana Maria S, Ros de Autismo: guia prático; cola- 4.ed boração :Marialice de Castro Vatavuk. . _____ 4.ed. São Paulo :AMA ; Brasília : CORDE, 2004

MANTOAN, Maria Teresa Eglér e PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos: - São Paulo: Summus, 2006.

desafio das diferenças nas escolas. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

PESSOA, Natany Lima. I Congresso Norte-Rio-Grandense sobre Inclusão no Ensino Superior. **Pessoa com autismo**, apresentação oral em mesa redonda. 2012. (Congresso).

ANEXOS**ANEXO A - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES**

1. Formação completa: _____
2. Forma de ingresso na escola: a) () concurso b) () indicação c) () outro
3. Há quanto tempo trabalha com aluno autista?

4. Quais as principais dificuldades para trabalhar com aluno autista? Cite as principais.

5. Como o aluno autista se relaciona com os demais alunos?

6. Você tem formação específica para trabalhar com alunos especiais, particularmente, autistas? Se não tem como faz para atender ao mesmo?

7. Como a escola se organiza para atender aos alunos com necessidades especiais, e em especial, ao aluno autista?

8. Você conhece o projeto político pedagógico da escola? se conhece, tem ações específicas para atender ao aluno autista?

9. Outras informações sobre o que sabe em relação ao autismo.

